

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
SECON - SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES

DOCUMENTO



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17.ª REGIÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Inciso I do Art. 72 da Lei 14.133/2021

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de **Material de Expediente**, para reposição de estoque da Sealp conforme 1.1 deste Termo de Referência.

1.1 Descrição dos produtos que compõem o objeto

Item	Quant.	Descrição	Marca	Valor Unitário ESTIMADO	Valor Total
1	500	QUILO DE AÇÚCAR, TIPO CRISTAL, COMPOSIÇÃO ORIGEM VEGETAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SACAROSE DE CANA-DE-AÇÚCAR - ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS ATOXICAS DEVIDAMENTE LACRADAS DE 2 KG, COM TODAS AS INFORMAÇÕES PERTINENTES AO PRODUTO, PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONSTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, NÃO PODENDO APRESENTAR MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ALTA UMIDADE, PRESENÇA DE INSETOS OU DETRITOS E ODOR ESTRANHO, MARCA SIMILAR OU SUPERIOR À ALCON.		R\$ 3,99	R\$ 1.995,00
2	190	CHÁ DE ERVA CIDREIRA, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM NO MÍNIMO 10 ENVELOPES/SACHÊS, 1g CADA (TOTAL 10g). CÓDIGO SEALM 10014, MARCA SIMILIAR OU SUPERIOR À LEÃO.		R\$ 4,20	R\$ 798,00
3	270	CHÁ DE CAMOMILA, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM NO MÍNIMO 10 ENVELOPES/SACHÊS, 1g CADA (TOTAL 10g). CÓDIGO SEALM 10015. MARCA SIMILIAR OU SUPERIOR À LEÃO.		R\$ 4,71	R\$ 1.271,70

4	70	CHÁ ERVA DOCE, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM NO MÍNIMO 10 ENVELOPES/SACHÊS, 2g CADA (TOTAL 20g). CÓDIGO SEALM 10016. MARCA SIMILIAR OU SUPERIOR À LEÃO.		R\$ 5,00	R\$ 350,00
5	90	CHÁ MATE, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM NO MÍNIMO 25 ENVELOPES/SACHÊS. 1,6g CADA (TOTAL 40g). CÓDIGO SEALM 10017. MARCA SIMILIAR OU SUPERIOR À LEÃO.		R\$ 6,41	R\$ 576,90
6	350	CHÁ DE MORANGO, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM NO MÍNIMO 10 ENVELOPES/SACHÊS, 2g CADA (TOTAL 20g). CÓDIGO SEALM 10018. MARCA SIMILIAR OU SUPERIOR À LEÃO.		R\$ 9,90	R\$ 3.465,00
7	50	CHÁ VERDE, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM NO MÍNIMO 10 ENVELOPES/SACHÊS, 1,6g CADA (TOTAL 16g). CÓDIGO SEALM 10019. MARCA SIMILIAR OU SUPERIOR À LEÃO.		R\$ 5,75	R\$ 287,50
8	100	CHÁ DE HORTELÃ, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM NO MÍNIMO 10 ENVELOPES/SACHÊS, 1g CADA (TOTAL 10g). MARCA SIMILIAR OU SUPERIOR À LEÃO.		R\$ 4,98	R\$ 498,00
TOTAL ESTIMADO					R\$ 9.242,10

1.2 Os chás deverão ser sem glúten; Isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos; Deverão estar de acordo com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e alterações Posteriores; Produto Sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.

1.3 Da apresentação de amostras: A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar poderá ser convocada a apresentar amostra(s) do objeto ofertado, conforme as seguintes regras:

1.3.1 - O prazo para apresentação da(s) amostra(s) será de até 07 (sete) dias úteis, contados de sua intimação pelo TRT;

1.3.2 - O local de entrega da(s) amostra(s) será comunicado por meio do sistema eletrônico;

1.3.3 - A(s) amostra(s) deverá(ão) conter identificação da concorrente e indicação do item do objeto para o qual foi(ram) solicitada(s) a(s) amostra(s) e o número da Dispensa de Licitação;

1.3.4 - Após recebida(s), a(s) amostra(s) poderá(ão) ser testada(s), analisada(s) e enviada(s) a laboratório para verificação de sua conformidade ao especificado no Termo de Referência;

1.3.5 - A(s) amostra(s) aprovada(s) ficará(ão) à disposição do TRT, para fins de comparação com o material efetivamente entregue;

1.3.6 - A licitante/contratada deverá retirar a(s) amostra(s) aprovada(s) em até 15 (quinze) dias, após o recebimento definitivo – no almoxarifado do TRT – da totalidade do objeto;

1.3.7 - Será(ão) rejeitada(s) a(s) amostra(s) que estiver(em) em desacordo com as disposições do Termo de Referência;

1.3.8 - A(s) amostra(s) não aceita deverá(ão) ser retirada(s) pela concorrente no prazo de até 15 (quinze)

dias, contados da adjudicação;

1.3.9 - O TRT poderá dar a destinação que julgar conveniente à(s) amostra(s) não retirada(s) em conformidade com as disposições deste Título;

1.3.10 - Será(ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s) da(s) concorrente(s) que, convocada(s) pelo TRT a apresentar amostra, não o fizer no prazo fixado ou cuja(s) amostra(s) for(em) reprovada(s);

1.3.11 - Serão informadas a data e a hora em que se fará a comunicação, pelo sistema eletrônico, da conformidade da(s) amostra(s) apresentada(s) pela concorrente classificada provisoriamente em primeiro lugar com as especificações técnicas descritas no objeto da presente dispensa de licitação;

1.3.12 - A(s) amostra(s) recebida(s) ficará(ão) disponível(is) para verificação na Seção de Contratações do TRT (situada na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 1245 - 10º andar - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP 29050-335) até a data da adjudicação;

1.3.13 - Caso sejam ofertados produtos das marcas de referência, indicados no item 1 deste Termo de Referência, ficará dispensado o envio de amostras.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação fundamenta-se no art. 75, II, da Lei 14.133/2021 e justifica-se pela necessidade de ofertar opções de bebidas básicas/simples a servidores e colaboradores (chá e café), algo comum no meio corporativo em geral e já tradicional neste TRT (desde sua fundação) e reposição de estoque da Sealp. Demais informações acerca da justificativa constam nos autos do processo desta contratação (0001650-67.2025.5.17.0500).

2.1 - Previsão no Plano de Contratações Anual 2026 (PCA 2029)

Conforme disposto art. 12, §2.º da Resolução 364/2023 CSJT, não há necessidade de previsão de contratações realizadas por dispensa de licitação ou inexigibilidade no PCA TRT17, entretanto, o objeto desta contratação consta do PCA 2026, em caráter informativo, sob o título "Aquisição de chás, açúcar e adoçante", em atenção ao princípio da transparência.

https://www.trt17.jus.br/documents/237396/441661/PCA_2026_VERS%C3%83O+FINAL+aprovada.pdf/9e9ad95c-358f-af76-b03e-b2c4fcbf0df7?version=2.0&t=1762182426688

2.2 Critérios de Sustentabilidade

Não.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Pela inexigência de se elaborar o Estudo Técnico Preliminar para o objeto desta contratação, a descrição encontra-se contemplada no item 1 deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Reconhecimento da necessidade do objeto - contratante;

4.2 - Existir recursos financeiros para custear a solução - contratante;

4.3 - Preço estimado no mercado de contratações públicas, de modo a servir de referência para julgamento da disputa - contratante;

4.4 - Especificações objetivas - contratante;

4.5 - Dimensionamento da demanda, a partir de informações prestadas pelo requisitante - contratante;

4.6 - Análise de viabilidade da aplicação de **critérios de sustentabilidade**, segundo Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - contratante;

4.7 - Definição de público-alvo - servidores, colaboradores e público interessado - contratante;

4.8 - Estabelecimento de **critérios mínimo de habilitação** - contratante;

4.9 - **Assegurar** exclusividade ou **preferência de contratação de MEs ou EPPs**, conforme dispõe LC 123/2006 - contratante;

4.10 - **Ter sanções inibidoras de comportamentos indesejáveis**, como (mínimo) - contratante:

1. Descumprimento de prazos;
2. Descumprimento de obrigações com habilitação;
3. Descumprimento de especificações.

4.11 - **Critério de disputa do certame - Menor preço global** - contratante;

4.12 - **Forma de contrato** - mediante **emissão de nota de empenho**, em função do disposto no **art. 95/II da Lei 14.133/2021** - contratante;

4.13 - Empresa contratada ter expertise no fornecimento do objeto, além de estar habilitada para assumir o compromisso contratado.

4.14 - **CONSULTA AO CADIN E IMPEDIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

4.14.1 - O adjudicatário declarará, juntamente com sua proposta, a inexistência de irregularidades perante o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

4.14.2 - O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT-17) realizará consulta prévia ao CADIN antes da emissão da nota de empenho, nos termos do artigo 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

4.14.3 - A consulta ao CADIN será realizada também previamente à assinatura de aditamentos contratuais, incluindo prorrogações de prazo e alterações de objeto. A existência de registro no CADIN no momento da consulta impedirá a formalização do aditivo.

4.14.4 - Nos casos de dispensa de licitação, a consulta a que se refere o item 1.3 será realizada imediatamente antes da autorização para emissão do instrumento.

4.14.5 - Caso a empresa adjudicatária esteja inscrita no CADIN no momento da emissão da nota de empenho, será aplicada a regra geral de convocação da segunda colocada ou das subsequentes, conforme previsto no instrumento convocatório e na legislação vigente.

4.14.5.1 - Alternativamente, a Administração, a seu critério, poderá conceder prazo de até 10 (dez) dias úteis, a partir da notificação licitante/contratada, para a regularização das pendências perante o CADIN. Esgotado esse prazo, aplicar-se-á o disposto no item 1.4 e seguintes.

4.14.6 - O não cumprimento dos requisitos para emissão da nota de empenho no prazo estipulado neste instrumento será interpretado como recusa da adjudicatária em formalizar o ajuste, aplicando-se as seguintes sanções:

- a) Perda do direito à emissão da nota de empenho;
- b) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 6 (seis) meses, conforme artigo 156, III, da Lei nº 14.133/2021; e
- c) Registro da ocorrência no SICAF.

4.14.7 - Antes da aplicação das penalidades, será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do Ato PRESI N.º 49/2024 e da Lei nº 9.784/1999.

4.14.8 - Caso seja constatado registro no CADIN durante a execução do contrato, a Administração poderá avaliar a rescisão motivada, conforme a legislação vigente e os impactos na continuidade da prestação do serviço ou fornecimento.

4.15 - A empresa não poderá empregar mão de obra infantil, trabalho forçado ou análogo à escravidão, devendo declarar conformidade com a legislação vigente.

4.15.1 - A empresa deverá comprovar que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR N° 18/2024).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

a) A empresa, após receber a Nota de Empenho, estará autorizada a realizar a entrega dos produtos no endereço indicados neste termo.

b) Após os produtos terem suas especificações atestadas pela unidade fiscal da contratação, a empresa enviará, por meio do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (Sigeo-JT), a nota fiscal do produto.

c) Em seguida, a unidade fiscal atestará a nota fiscal e solicitará o pagamento à empresa.

5.1 - Efetivação da contratação

A contratação será efetivada por meio da emissão de Nota de Empenho, da qual a Contratada será comunicada, via e-mail.

5.2 - Recebimento do objeto

a) O material será **recebido, provisoriamente, no ato da entrega no Almoxarifado**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

a) O material será recebido, definitivamente, no prazo de até **5 (cinco) dias** contados da data do recebimento provisório.

5.3 - Local, dias e horário de entrega

Local de entrega: Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRT da 17.^a Região (SEALP), situado na **Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 1245 - Térreo - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP 29050-335 (Acesso pela Rua Professor Belmiro Siqueira)**;

Telefones de contato: (27) 3185-2255 / (27) 3185-2258 / (27) 3185-2259.

Dias e horário: De segunda a sexta-feira, das 13 às 18 horas.

5.4 - Prazo de entrega

A entrega deverá ser feita em uma única etapa e no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, contados da data de recebimento da nota de empenho.

6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A seção responsável pela fiscalização e acompanhamento da entrega será a Seção de Almoxarifado e Patrimônio (Sealp), por seu chefe (titular, substituto ou interino) ou por servidor designado por este.

Caberá à fiscalização:

6.1 - Verificação técnica do objeto entregue conforme especificações.

6.2 - Receber provisória e definitivamente o OBJETO (em conformidade com o item 5.2 deste Termo de Referência, bem como adotar providências para que sejam feitos os devidos pagamentos à contratada.

6.3 - Notificar a CONTRATADA sobre eventuais problemas que impeçam o recebimento, bem como indicação

de retenções em faturas, se for o caso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 - A Contratada deverá realizar cadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT) e enviar, via sistema, a nota fiscal/fatura para a conferência e a realização do ateste por parte da fiscalização do Contratante, em conformidade com o ATO TRT 17.^a PRESI/DIGER. n.º 3/2022;

7.2 - O pagamento será efetuado em **até 5 (cinco) dias úteis**, após o recebimento definitivo do objeto acompanhado de Nota Fiscal.

7.3 - Ultrapassado o prazo para pagamento previsto neste contrato, por responsabilidade da CONTRATANTE, o valor devido à CONTRATADA será acrescido de atualização financeira, calculada desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, cujos juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% a.m. (meio por cento ao mês), ou 6% (seis por cento ao ano), conforme as seguintes fórmulas:

$I = (TX/100)/365$ $EM = I \times N \times VP$	Onde: I = índice de atualização financeira; TX = percentual da taxa de juros de mora anual; EM = encargos moratórios; N = número de dias entre o vencimento e a data do efetivo pagamento; e VP = valor da parcela em atraso.
--	--

7.4 - Haverá retenção provisória dos valores das penalidades previstas no item 12 deste Termo de Referência enquanto não houver decisão final acerca da multa.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 - O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação na forma eletrônica e critério de julgamento de menor preço, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021.

8.2 - O regime de execução não se aplica às compras diretas de bens ou prestação de serviços que não se caracterizam como de engenharia.

8.3 - Habilitação

8.3.1 - A contratada deverá manter atualizada a documentação exigida para contratação, comprovando sua regularidade fiscal quanto ao recolhimento do INSS (CND), o FGTS (CRF) e os Tributos Federais (CND Receita Federal), CNJ (Improbidade Administrativa e Inelegibilidade), possuir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e não ter impedimento de licitar registrado no SICAF.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 - **CONTRATANTE:** Manter pessoal no local e horário indicados neste termo para receber o objeto contratado; pagar ao contratado o valor contratado, no prazo estipulado neste termo. Efetuar os pagamentos nos prazos estipulados.

9.2 - **CONTRATADA:** Entregar o objeto contratado no prazo determinado e no local indicado neste termo; manter suas certidões habilitatórias atualizadas.

10. DA PARTICIPAÇÃO PREFERENCIAL DE ME/EPP

Será adotado o critério de **participação exclusiva** de ME/EPP.

11. REAJUSTE

Não se aplica.

12. SANÇÕES

Aplicadas em acordo às disposições expostas entre artigos 155 e 166 da Lei 14.133/2021 e quadro exposto a seguir:

Conduta	Sanção
1. Atraso na entrega do objeto, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado.	Atraso superior a 10 dias: MULTA de 1% ao dia até o limite de 20% sobre o valor do montante em atraso, contados do primeiro dia de atraso.
2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado; 3. Dar causa à inexecução total do contrato, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado; 4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado; 5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado.	. Multa de 10% sobre o valor do contrato; Impedimento de licitar e contratar por 12 meses.
6. Apresentar declaração ou documentação falsa; 7. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; 8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; 9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação; 10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 .	Multa de 10% sobre o valor do contrato; Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

12.1 - Se aplicada e não recolhida no prazo de 10 dias úteis (contados da notificação), a multa será inscrita como Dívida Ativa da União e cobrado mediante execução judicial.

12.2 - O atraso na entrega igual ou superior a 10 (dez) dias poderá, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, ensejar a rescisão contratual.

13. EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de dispositivos e condições da contratação, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

13.2 - A extinção do contrato poderá ser:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14. NOTIFICAÇÕES

14.1 - **Todas as notificações ocorrerão via correio eletrônico (e-mail), sendo obrigação da empresa contratada informá-lo e mantê-lo atualizado;**

14.2 - Caberá à empresa monitorar a conta de correio eletrônico fornecida, não cabendo nenhuma alegação, por parte da contratada, de que não teve conhecimento das notificações realizadas por este TRT;

14.3 - As notificações deverão ser respondidas em até **3 (três) dias úteis**, sendo a contagem desse prazo iniciada no primeiro dia útil seguinte ao envio do e-mail referente à notificação;

14.4 - A empresa deverá manter atualizado o e-mail informado à Administração. Qualquer alteração do correio eletrônico fornecido deverá ser comunicada ao TRT. Caso contrário, será considerada válida qualquer notificação enviada à contratada por meio do endereço eletrônico por ela indicado à Administração.

15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1 - **Valor total estimado: R\$ 9.242,10** (nove mil duzentos e quarenta e dois reais e dez centavos) para o fornecimento de todo o material descrito no item 1 deste TR.

15.2 - **Valor a ser contratado:** dentre as propostas apresentadas, aquela que ofertar o menor preço para cada lote, desde que igual ou inferior ao valor unitário estimado para cada item.

16. SUBCONTRATAÇÃO

Não permitida.

17. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não se aplica, por não se justificar técnica e economicamente.

18. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

18.1 – O prazo de GARANTIA dos produtos será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, conforme Código de Defesa do Consumidor, contados de sua entrega definitiva, assim entendida aquela da qual resultar o recebimento definitivo. Caso a empresa apresente prazo de garantia superior ao estipulado acima, o novo prazo será considerado para o termo final;

18.2 – Durante a garantia, os produtos em que forem constatados problemas deverão ser substituídos pela empresa CONTRATADA no prazo máximo de 30 dias, contados a partir da comunicação da ocorrência pelo TRT, via e-mail ou telefone;

18.3 – A CONTRATADA deverá indenizar todo e qualquer dano que possa advir, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente da utilização do produto adquirido, devendo o dano ser devidamente comprovado através de laudo técnico;

18.4 – A CONTRATADA deverá proceder ao ressarcimento integral do valor pago, sem prejuízo da aplicação das penalidades constantes do Termo de Referência, pelo produto que apresentar defeito e não for substituído/reparado em garantia no prazo de 30 dias, a contar da notificação;

18.5 – Os produtos que apresentarem defeitos durante a garantia deverão ser retirados para substituição ou reparados, ficando à disposição da contratada no seguinte local:

18.6 – Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRT da 17.^a Região (SEALP), localizado na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 1245 – Térreo – Enseada do Suá – Vitória/ES – CEP 29050-335 (Acesso pela Rua Professor Belmiro Siqueira). Tel.: (27) 3185-2255/2258/2259, de segunda a sexta-feira, das 12 às 18 horas. Mediante reembolso prévio, o bem poderá ser enviado ao fornecedor via correios 90 dias, conforme Código de Defesa do Consumidor.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. A despesa decorrente da execução desta contratação, no exercício de **2026**, correrão à conta dos recursos orçamentários do Programa **168188** - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas, Fonte 1000000000, Elemento de Despesa **3.3.90.30 - Material de Consumo**.

20. DA VIGÊNCIA

20.1 - A contratação terá vigência de 100 (cem) dias, contados da ciência da nota de empenho.

20.2 - Este prazo poderá ser prorrogado mediante autorização prévia do Diretor-Geral deste Tribunal.

21. FORO

Para dirimir todas as questões oriundas da contratação e contrato dela decorrente, é competente o Juízo Federal da cidade de Vitória - Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Souza De Oliveira, Chefe de Seção**, em 29/01/2026, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.trt17.jus.br/principal/documentos/autenticidade> informando o código verificador **1289320** e o código CRC **1C74CB37**.

0001650-67.2025.5.17.0500

1289320v9